

PATRIMÔNIO E ARQUEOLOGIA COMUNITÁRIA NO MORRO DA QUEIMADA: desafios para a gestão compartilhada

Marcia Arcuri Suñer^{*}

Paulo Otávio Laia^{**}

Yara Mattos^{***}

Flávia Brasil Baessa Bueno^{****}

Resumo

Esta comunicação visa discutir o aprimoramento das políticas de preservação do patrimônio arqueológico a partir de resultados de pesquisas acadêmicas e atividades de extensão universitária que vêm sendo realizadas no *Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada*, Ouro Preto - MG. Voltadas a trabalhar noções de território e paisagem no âmbito da arqueologia colaborativa, nossas ações visam ao fortalecimento das comunidades que habitam o entorno do parque e seguem metodologias adequadas à construção de processos de gestão participativa de seus bens culturais. Os programas de pesquisa e extensão em curso no sítio arqueológico Morro da Queimada vinculam-se ao Laboratório de Pesquisas Arqueológicas, Patrimoniais e Processos Museológicos Comunitários (LAPACOM) do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, e dialogam com projetos desenvolvidos pelo Ecomuseu da Serra de Ouro Preto. Diante dos objetivos comuns, o LAPACOM e o Ecomuseu trabalham em colaboração no sentido de promover o protagonismo das comunidades da Serra de Ouro Preto na gestão de seu território.

^{*} Prof. Dra. do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto; Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários, Prédio da Escola de Direito Turismo e Museologia, Campus Morro do Cruzeiro, Ouro Preto - MG, Brasil.

^{**} Pesquisador do Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários, Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, Prédio da Escola de Direito, Turismo e Museologia, Campus Morro do Cruzeiro, Ouro Preto - MG, Brasil

^{***} Profa. Dra. do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto; Coordenadora do Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários, Prédio da Escola de Direito Turismo e Museologia, Campus Morro do Cruzeiro, Ouro Preto - MG, Brasil.

^{****} Pesquisadora do Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários, Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, Prédio da Escola de Direito, Turismo e Museologia, Campus Morro do Cruzeiro, Ouro Preto - MG, Brasil.

Palavras-chave: Patrimônio arqueológico; Arqueologia comunitária; Morro da Queimada; Gestão compartilhada.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo discutir aspectos conceituais e metodológicos de projetos arqueológicos e museológicos em curso na Serra de Ouro Preto. Esses projetos integram um programa de colaboração entre o *Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários da Universidade Federal de Ouro Preto* (LAPACOM) e o *Ecomuseu da Serra de Ouro Preto*. O programa visa ao desenho e realização de ações patrimoniais junto às comunidades que habitam o entorno do *Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada*.

O Morro da Queimada é tomado por um conjunto expressivo de ruínas historicamente associadas às atividades mineradoras iniciadas na região no século XVIII. O sítio arqueológico homônimo hoje figura como expressão da diversidade tecnológica e social que caracterizou as primeiras ocupações daquele território (Figuras 1 e 2).

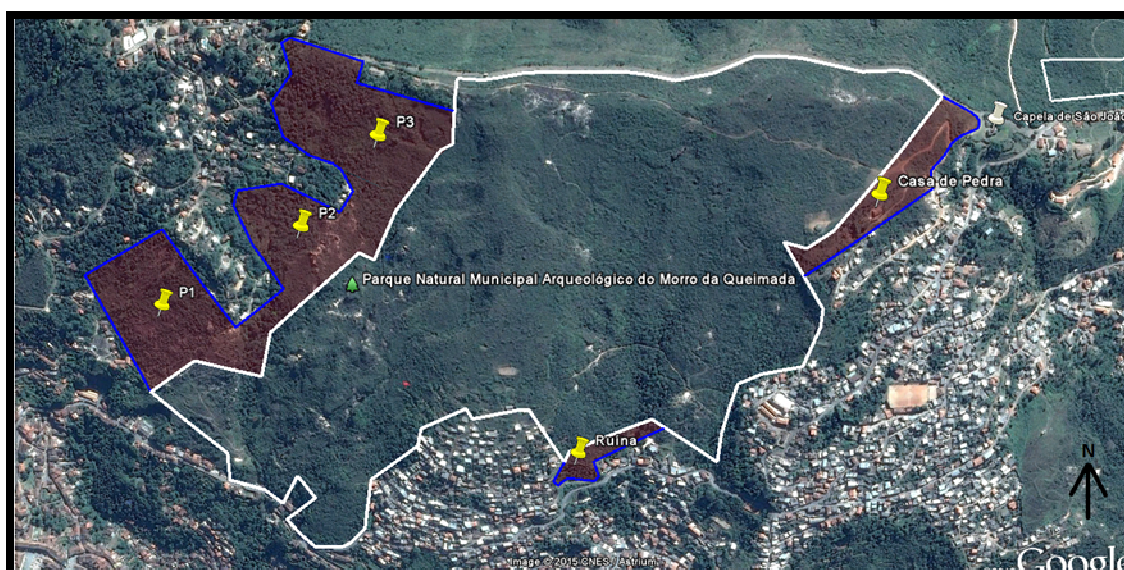


Figura 1 - Inserção do *Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada* no contexto urbano do município de Ouro Preto - Serra de Ouro Preto. Foto: Marcia Arcuri, 2016

Trata-se de um entre vários sítios arqueológicos identificados no complexo da Serra de Ouro Preto, localizado no coração de um território hoje ocupado por alguns dos bairros mais carentes do município: Morro da Queimada, Morro Santana, Morro São João e

Morro São Sebastião. Entre muitos exemplos que permaneceram por décadas entre os patrimônios “esquecidos” de Ouro Preto, o Morro da Queimada está inserido no contexto de tombamento municipal do referido parque e integra os bens culturais de Ouro Preto que foram listados pela UNESCO como patrimônio da humanidade (Figura 3).



Figura 2 - Ruínas arqueológicas do Morro da Queimada associadas às atividades de mineração do século XVIII. Foto: Marcia Arcuri, 2016



Figura 3 - Vista para o centro histórico de Ouro Preto a partir do Morro da Queimada. Foto: Marcia Arcuri, 2016

A Serra de Ouro Preto é o território onde floresceu a antiga Villa Rica, província fundada em 1711. Localizada em um ecótono de transição entre a Zona da Mata e o Cerrado, é constituída por um território repleto de marcadores paisagísticos, dentre os quais se destaca o Pico do Itacolomi.

Quando chegaram à localidade tendo como referência o Pico do Itacolomi (Figura 4), os Bandeirantes confirmaram o potencial de mineração de ouro previamente relatado por viajantes. Ali se deu, então, o primeiro assentamento da região, em torno de 1689, batizado como Arraial do Ouro Podre. Também naquele entorno foram erigidas as primeiras capelas do município, espaços que hoje congregam as comunidades católicas dos bairros Morro São João e Morro Santana. Ambas foram construídas em torno de 1720, período que coincide com a ocorrência de um levante de ordem econômico-fiscal, em resistência à taxaço imposta pela administração portuguesa, a Sedição de Vila Rica (GUIMARÃES, 2010, p.38). O Arraial do Ouro Podre foi destruído pelo fogo naquele evento, passando a ser conhecido como “Morro da Queimada”. Hoje, as ruínas arqueológicas, o Pico do Itacolomi e as capelas de São João e Santana compõem a paisagem cultural que circunscreve os testemunhos do florescimento de Ouro Preto.



Figura 4 - Pico do Itacolomi visto a partir do Morro da Queimada. Foto: Marcia Arcuri, 2016

Apesar de seu inegável referencial cultural (vinculado às origens das cidades históricas mineiras), esta parte da cidade tem sido mantida aparte das rotas turísticas, mesmo diante da intensa visitação nacional e internacional para a cidade durante todo o ano. Historicamente, a administração pública do município dedicou pouca ou quase nenhuma atenção ao patrimônio arqueológico, à biodiversidade e às potencialidades culturais intangíveis da Serra de Ouro Preto, ainda que o território compreenda parcela significativa da poligonal da área patrimonial, como já mencionado.

Este é o cenário em que o *Ecomuseu da Serra de Ouro Preto* e o LAPACOM /DEMUL / UFOP procuram articular suas ações, com o objetivo de promover o entrelaçamento de metodologias próprias da Museologia Comunitária e da Arqueologia Colaborativa no sentido de reforçar as identidades locais, a pertença, bem como o reconhecimento pessoal e coletivo do patrimônio cultural.

Nossas ações pautam-se na tríade espaço vivido (território) / indivíduo (sociedade) / memória (herança) (GUARNIERI, 1990), na expectativa de que os agentes externos (no caso, os pesquisadores do LAPACOM) e as comunidades participem de ações pretexto (VARINE-BOHAN, 1987, 2012) mutuamente construídas. Em médio e longo prazo, essas ações têm o potencial de ativar processos museológicos promotores da aproximação entre o indivíduo, sua comunidade e o ambiente (Figura 5). Esses processos contribuem para a suavização de tensões e para o enfrentamento das demandas de desenvolvimento urbano e os consequentes impactos socioculturais. Nesse sentido, as ações pretexto justificam-se como uma forma de engajar as comunidades em processos criativos e colaborativos, entendendo-as como agentes interessados nos aspectos afetivos e cognitivos suscitados pela memória individual e coletiva de seus territórios. Ao conectar o presente à memória, a arqueologia e a museologia comunitária atuam como ferramentas para se acessar o passado por meio de ações alimentadas por sentidos e significados próprios das comunidades.



Figura 5 - Atividade de desenho de perfil junto aos alunos do Departamento de Museologia da UFOP que despertou interesse das crianças da comunidade durante a preparação das festividades de celebração do dia de São João na capela do Bairro São João, localidade em que foi rezada a primeira missa na chegada dos Bandeirantes. Foto: Marcia Arcuri, 2016

Os programas de pesquisa e extensão desenvolvidos pelo LAPACOM no Morro da Queimada seguem a premissa de que os museus, por extensão de seus pressupostos, são espaços propícios à participação ativa de diferentes públicos. Devem, por isso, ocupar-se da polissemia de conceitos como educação, cultura, memória, patrimônio e identidade. São instituições que precisam, inclusive, estar atentas à relação intrínseca entre tais conceitos, sendo esses fundamentais aos processos de formação, informação, e comunicação, bem como na reunião de amplos repertórios e experiências que produzem conhecimentos. Da compreensão desta cadeia de significados despontam as múltiplas leituras que podem ser feitas sobre o patrimônio arqueológico do Morro da Queimada, por meio das ações em curso.

A Fluidez das Fronteiras: paisagens em fluxo

O *Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada* concentra recursos essenciais do território: estrutura, pessoas, conhecimento local, bem como ativos materiais e imateriais do patrimônio cultural (VARINE-BOHAN, 2012).

Inserido no território da Serra de Ouro Preto, o Parque é representativo em meio a um amplo complexo arqueológico que resultou de distintos processos de ocupação, que inicialmente se deram frente às demandas da mineração, a partir de fins do século XVII. O Morro da Queimada foi um expoente das atividades de extração de ouro no período colonial brasileiro; concentrou, em seu período de maior produtividade, uma diversidade de tecnologias de extração e, conseqüentemente, de dinâmicas sociais. A história de ocupação da área revela um cenário de contatos interétnicos que resultou da variada proveniência dos escravos envolvidos nas atividades de mineração.

Hoje o sítio arqueológico resguarda estruturas bem preservadas do complexo sistema de poços de mineração coloniais, tais como galerias, barragens, canais, segmentos e túneis, bem como de pequenas e grandes residências. A pesquisa arqueológica da área potencializa a compreensão “de padrões de vida material, da economia, das dinâmicas sociais, das cosmologias e religiosidade, da construção e reconstrução das identidades, e da agência das populações vinculadas à diáspora africana (SYMANSKY, 2012, p.310).

Apesar de ainda não ter sido escavado, o sítio arqueológico Morro da Queimada tem atraído muita atenção por parte dos diferentes atores sociais interessados em seu potencial científico, turístico e patrimonial. Ele tem sido o foco de uma série de oportunidades discursivas, incluindo grande número de discussões relativas à sua pesquisa e gestão, principalmente no âmbito e competência do poder público e da pesquisa acadêmica. O leque de ações e propostas abrange desde a recuperação de conhecimento sobre os processos tecnológicos e históricos vinculados às atividades da mineração até a proteção dos recursos naturais e bens culturais, materiais e intangíveis, ameaçados pela ocupação irregular. Mesmo diante da identificação de muitas iniciativas, gestores públicos vêm falhando em demonstrar a maturidade necessária para estabelecer critérios objetivos para a orientação do acesso, do uso público, ou mesmo do interesse “científico”, da área protegida. Entre todas as possibilidades para discutir a gestão deste território, o que observamos é a ausência absoluta de participação social representativa, especialmente com relação às comunidades que ocupam os arredores dos limites do parque. Assim, o desafio atual, além de criar mecanismos eficientes de preservação, reside na inovação de práticas utilizadas para identificar e significar o registro arqueológico.

Nesse sentido, os projetos arqueológicos desenvolvidos no Morro da Queimada pelo LAPACOM seguem referencial teórico-metodológico atento aos enfoques da museologia comunitária, com ênfase nas múltiplas formas que povos contemporâneos podem

apropriar-se simbólica ou politicamente do registro arqueológico (p.expl. FUNARI, 1993; MENESES, 1998; BRUNO, 1999, 2002, 2005; CÂNDIDO, 2004, PELEGRINI, 2006; FERREIRA, 2008; CARNEIRO, 2009; WICHERS, 2010; LIMA, 2011; SILVA, 2011, 2015). O nosso principal objetivo é sensibilizar as pessoas em relação ao seu papel nos processos de acesso e construção de memórias coletivas; as ações propostas voltam-se à ampliação do espaço para narrativas pessoais e subjetivas que, em contexto, revivam as ruínas arqueológicas a partir de histórias pessoais e coletivas sobre o uso daquele espaço. Universitários - bolsistas e voluntários dedicados a programas de extensão e de iniciação científica - vêm sendo orientados a desenvolver mecanismos diversificados de abordagem junto às lideranças das comunidades da Serra de Ouro Preto, a fim de criar processos mais horizontais de identificação dos públicos alvo com os quais procuramos acessar e interpretar as referências arqueológicas e paisagísticas.

Na primeira etapa do trabalho optamos por não envolver procedimentos de prospecção interventiva ou escavação arqueológica, pois acreditamos que é essencial priorizar a aproximação e o diálogo antes de desenhar e projetar questões. Essa estratégia visa identificar os potenciais de pesquisa e as demandas de gestão do patrimônio arqueológico, observando inclusive suas fragilidades, também pela ótica das comunidades (e não apenas dos agentes já interessados na gestão desses bens públicos). Esperamos, dessa forma, avançar em sincronia com as demandas das comunidades.

Premissas para Ações Futuras

A ação comunitária desenvolvida ao longo de dez anos de trajetória do *Ecomuseu da Serra de Ouro Preto* reflete uma metodologia de construção do conhecimento que busca maior horizontalidade nas relações entre os agentes envolvidos. Desta forma, as interfaces de atuação entre um ecomuseu e um laboratório de pesquisa (LAPACOM), são orientadas na direção da expansão da diversidade de áreas do conhecimento.

No Brasil, as universidades e fundações de pesquisa são responsáveis, quase que exclusivamente, pela produção de conhecimento científico. No entanto, quando trilhamos caminhos complementares para a produção de conhecimento, observamos a parcialidade dos conteúdos produzidos exclusivamente pela ciência acadêmica, bem como sua tendência a isolar ou excluir importantes agentes dos processos de transformação.

Como proposta alternativa, a colaboração entre o *Ecomuseu da Serra de Ouro Preto* e o LAPACOM considera um desafio à produção científica apoiar-se em metodologias que organizam a geração de conhecimento de forma mais simétrica, ainda que a simetria absoluta nos pareça utópica. Evitando classificações que qualificam ou diferenciam os níveis de informação, por exemplo, como superiores ou inferiores, buscamos alcançar processos de produção de conhecimento em que distintas noções de “cultura” possam coexistir no contexto em que se insere a pesquisa. Nas relações de construção do conhecimento, são considerados múltiplos meios de acesso e transmissão. Assim, como “cientistas”, buscamos reconhecer as possibilidades de conexão e legitimação do saber operado pelas chamadas “sociedades tradicionais”, por meio do diálogo com esses segmentos.

Por esta perspectiva, esperamos que o trabalho de identificação e valorização do referencial arqueológico e paisagístico do Morro da Queimada, bem como dos demais contextos da Serra de Ouro Preto, possam ser reconhecidos e significados de forma crítica e abrangente pelas comunidades que se relacionam mais diretamente com este território em seu cotidiano. Acreditamos que, desta forma, as ações de médio e longo prazo nos permitirão construir e ampliar, conjuntamente, programas voltados à gestão do patrimônio arqueológico local.

Referências

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A Museologia como uma Pedagogia para o Patrimônio. *Ciências e Letras*, v. 31, p. 87-97, 2002.

_____. Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. *Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, p. 235-247, 2005.

_____. Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. *Tese (Doutorado)*, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, 1999. Orientador: Prof. Dr. José Luiz do Morais.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Arqueologia musealizada: Patrimônio cultural e preservação em Fernando de Noronha. *Dissertação (Mestrado)*, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, 2004. Orientador: Prof. Dr. Pedro Paulo Funari.

CARNEIRO, C. G. Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia. *Tese (Doutorado)*, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, L. M. Sob fogo cruzado: arqueologia comunitária e patrimônio cultural. *Revista Arqueologia Pública*, p. 81-92, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo de A.. Memória histórica e cultura material. *Revista Brasileira de História*, v. 13, n. 25/26, p. 17-31, 1993.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. *Cadernos Museológicos*, v. 3, p. 7-12, 1990.

GUIMARÃES, C. M.; MOREIRA, M. G.. Rebelião nas Minas e Arqueologia (Minas Gerais – 1720). Simpósio de Arqueologia e patrimônio de Minas Gerais, 4º, - 3ª Reunião da SABSUDESTE, 2010, Ouro Preto. *Anais... Ouro Preto: SAB-Sudeste*, 2010.

LIMA, Tania Andrade. Cultura Material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi*, p. 11-23, 2011.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista brasileira de história*, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006.

SILVA, Fabíola Andréa. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. *Métis: história & cultura*, v. 8, n. 16, p.121-139, 2011. Disponível em: <[http:// www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/954/671](http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/954/671)>. Acesso em: 26 nov. 2016.

SILVA, M. A. Memórias e Histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, 2015. Orientador: Prof. Dr. Camilo Vasconcellos. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde.../MauSilvaREVISADAVols1e2.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

SYMANSKI, Luís Claudio P.; GOMES, Flávio. Arqueologia da Escravidão em Fazendas Jesuíticas: primeiras notícias da pesquisa. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl.01, p.309-317, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19s1/16.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

VARINE-BOHAN, H. de. O Tempo Social. Trad. Fernanda de Camargo-Moro e Lourdes Rego Novaes. Rio de Janeiro: Eça Editora, 1987.

WICHERS, C. A. de M.. *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des)caminhos da prática brasileira*. Lisboa: ULHT, 2010.

_____. *As Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012. Disponível em: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/7_O%20Parque%20Arqueologico%20do%20Morro%20da%20Queimada%20em%20Ouro%20Preto_MG.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2016.